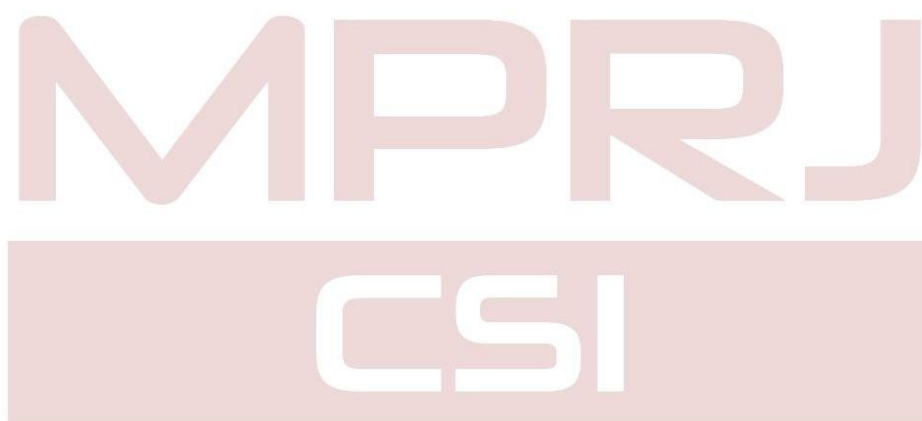




MPRJ

MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

TERMO DE REFERÊNCIA



Procedimento SEI 20.22.0001.0091146.2025-55

**COORDENADORIA DE
SEGURANÇA E INTELIGÊNCIA**

Aquisição de materiais elétricos para viabilizar a implementação de fontes auxiliares de alimentação elétrica para os circuitos das câmeras de segurança (CFTV) das unidades CRAAI Rio de Janeiro e CRAAI Campos dos Goytacazes.



Sumário

1.	INTRODUÇÃO	3
2.	OBJETO	3
3.	NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO	3
5.	DO PARCELAMENTO DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO	5
6.	DA NÃO OPÇÃO PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS	6
7.	DA INCIDÊNCIA DO TRATAMENTO DIFERENCIADO PARA AS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE	6
8.	DA FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR	6
9.	DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DA PROPOSTA	6
10.	DA EXIGÊNCIA DE AMOSTRAS	7
11.	DA FORMA DE FORNECIMENTO	7
12.	DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	7
13.	DOS PRAZOS	7
14.	DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO, RECEBIMENTO E PAGAMENTO	9
15.	DA GARANTIA CONTRA VÍCIOS DO OBJETO	11
16.	DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE	12
17.	DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA	12
18.	DA FISCALIZAÇÃO	14
19.	DAS PENALIDADES	15
17.	EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO	18



1. INTRODUÇÃO

O presente Termo de Referência visa subsidiar a instauração de procedimento para a aquisição de materiais elétricos e de infraestrutura específicos para sistemas de CFTV, visando assegurar a continuidade, padronização, confiabilidade e segurança das instalações de monitoramento, em consonância com as diretrizes institucionais de segurança patrimonial e da informação nas dependências do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro.

2. OBJETO

Aquisição dos produtos abaixo relacionados, em respeito às características detalhadas, termos e condições apresentadas neste documento.

LOTE 01		
Descrição do Material	Unidade	Quantidade
Fio elétrico paralelo de som bicolor (preto/vermelho), 2 condutores polarizados seção transversal de 1,5 mm ² , isolamento adequado, flexível p/ instalações prediais, em conformidade com normas técnicas vigentes, comumente utilizado em instalações de baixa tensão, especialmente para circuitos de iluminação, som ou alimentação de equipamentos eletrônicos leves.	Metro	5.400

LOTE 02		
Descrição do Material	Unidade	Quantidade
Caixa de passagem p/ CFTV externa, material resistente, dimensões aprox. 12x12x6 cm, p/ acomodar/proteger conexões elétricas e de sinal, fixação parede/teto, tampa removível (modelo VBOX ou equivalente).	Unid.	159

3. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A infraestrutura de CFTV demanda materiais adequados para alimentação elétrica, acomodação de equipamentos, organização de cabeamento e proteção contra intempéries. A inexistência ou insuficiência desses insumos compromete a operação contínua do sistema, eleva



riscos de falhas técnicas, perdas de sinal, interrupções de energia e vulnerabilidades de segurança.

A contratação visa atender demandas recorrentes de instalação, adequação e manutenção preventiva e corretiva do sistema, garantindo condições técnicas adequadas e reduzindo riscos operacionais.

A necessidade da contratação se alinha às diretrizes de segurança patrimonial e institucional, que recomendam a adoção de práticas preventivas voltadas à mitigação de riscos e à proteção de pessoas e bens públicos.

Com base em levantamento realizado pela Coordenadoria de Segurança e Inteligência junto aos circuitos das câmeras de segurança (CFTV) das unidades CRAAI Rio de Janeiro e CRAAI Campos dos Goytacazes, identifica-se a necessidade dessa contratação.

4. DAS CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS DO OBJETO:¹

LOTE 1 - Fio elétrico paralelo bicolor



Fio elétrico paralelo, bicolor (preto e vermelho), com dois condutores de seção mínima de 1,5 mm², indicado para alimentação elétrica de equipamentos de CFTV.

Deverá possuir isolamento adequado, flexibilidade compatível com instalações prediais e

¹ Todas as imagens são meramente ilustrativas.



conformidade com normas técnicas vigentes, permitindo identificação visual dos polos.

LOTE 2- Caixa de passagem para CFTV



Caixa de passagem destinada a sistemas de CFTV, confeccionada em material resistente, com dimensões aproximadas de 12 cm x 12 cm x 6 cm, utilizada para acomodação e proteção de conexões elétricas e de sinal das câmeras.

Deverá permitir fixação em parede ou teto, possuir tampa removível e oferecer proteção adequada às conexões internas.

5. DO PARCELAMENTO DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO

A divisão do objeto em lotes, verificada na presente hipótese, além de amoldar-se ao princípio do parcelamento que orienta as contratações públicas, nos termos da Lei nº 14.133/2021, constitui providência necessária ao adequado atendimento da demanda apresentada. Isso porque os fornecedores atuantes no segmento de mercado em questão não comercializam, necessariamente, a totalidade dos itens demandados, de modo que a contratação em lote único poderia restringir indevidamente a competitividade do certame.

Nesse contexto, o parcelamento adotado amplia o universo de potenciais licitantes, favorece a obtenção de propostas mais vantajosas para a Administração e assegura maior eficiência na execução contratual, em consonância com os princípios da competitividade, da economicidade e da eficiência, bem como com as diretrizes previstas no art. 40, inciso V, alínea b, da Lei nº 14.133/2021.



6. DA NÃO OPÇÃO PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

A aquisição que ora se pretende promover não se enquadra em nenhuma das hipóteses prevista no artigo 2º da Resolução GPGJ nº 2.589/2024, que disciplina o Sistema de Registro de Preços no âmbito do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, uma vez que a equipe técnica concluiu, com exatidão, o quantitativo necessário.

7. DA INCIDÊNCIA DO TRATAMENTO DIFERENCIADO PARA AS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

Considerando o disposto no artigo 48, inciso III, da Lei Complementar nº 123/2006, que regulamenta o comando contido no artigo 179 da Constituição da República Federativa do Brasil, bem como o disposto na Resolução GPGJ nº 2.058/2016, que possui igual desiderato, vislumbra-se a hipótese de reserva de cota de até 25% do objeto da contratação destinado a microempresas e empresas de pequeno porte.

8. DA FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

7.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, na forma eletrônica, nos termos do art. 75, inciso II, da Lei n.º 14.133/2021.

7.2. O critério de seleção a ser utilizado será o de **menor preço global por lote**.

9. DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DA PROPOSTA

8.1. As propostas devem indicar a descrição do produto, além de precisar o valor unitário e o valor global.

8.2. Nos preços cotados deverão estar inclusos todos os custos relativos ao transporte, armazenagem, carga e descarga, seguro, diárias, encargos fiscais, comerciais, sociais e trabalhistas e quaisquer outros ônus que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos materiais, inclusive para a execução da garantia.

8.3. Serão desclassificadas as propostas que não atendam às exigências relacionadas no presente Termo de Referência, que sejam omissas, apresentem irregularidades ou quaisquer vícios capazes de dificultar o julgamento.



10. DA EXIGÊNCIA DE AMOSTRAS

Não serão exigidas amostras.

11. DA FORMA DE FORNECIMENTO

O fornecimento do objeto será integral.

12. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

11.1. Nas contratações de bens e serviços, para a efetiva aplicação de critérios, ações ambientais e socioambientais pela Administração Pública, poderá ser exigido que os produtos sejam, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível e emprego de materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e armazenamento, observados os requisitos mínimos de qualidade, utilidade, resistência e segurança dos materiais utilizados.

11.2. A pessoa jurídica contratada, sempre que cabível, deverá atentar-se em seu processo de produção para os seguintes aspectos:

- a) minimização da geração de resíduos e destinação final ambientalmente adequada dos que forem gerados;
- b) racionalização do uso de matérias-primas;
- c) redução da emissão de poluentes;
- d) adoção de tecnologias menos agressivas ao meio ambiente.

11.3. Os fornecedores deverão observar as exigências afetas à sustentabilidade ambiental, no que couber, constantes da Portaria SGMP n.º 308, de 25 de junho de 2019.

13. DOS PRAZOS

Os prazos para cumprimento das obrigações previstas no presente Termo de Referência serão regidos pelas disposições a seguir, ressalvadas as questões afetas ao regime de penalidades, que contam com disciplina própria:



12.1. Dos prazos em geral

- a) Os prazos serão contados em dias úteis e terão como termo inicial o primeiro dia útil seguinte à confirmação de recebimento de notificação, em sentido amplo, efetuada pelo contratante. Caso a empresa contratada não confirme o recebimento da notificação, o prazo terá início 02 (dois) dias úteis após o envio da notificação promovida pelo contratante.

13.1. Dos prazos de entrega

- a) O prazo para a entrega do material será de até 30 (trinta) dias úteis, a contar do primeiro dia útil subsequente ao recebimento da Nota de Empenho, o qual deverá ser endereçado à Av. General Justo, nº 375, 6º andar – Edifício Bay View, Centro, Rio de Janeiro - RJ, mediante agendamento prévio com a Divisão de Segurança Institucional/CSI, através dos e-mails csi.institucional@mprj.mp.br e csi.contratos@mprj.mp.br.
- b) É de responsabilidade da contratada o fornecimento integral do material contendo as especificações descritas no presente Termo de Referência, bem como o pagamento de encargos, transportes, carga, descarga, montagem, taxas, impostos e outras despesas atinentes ao fornecimento do objeto.
- c) O ônus de entregar os itens é exclusivo da empresa contratada. Portanto, não serão acolhidas como justificativa para a não entrega ou para a entrega além do prazo estipulado, alegações que transfiram a responsabilidade a terceiros, salvo situação excepcional, devidamente comprovada pela empresa contratada.
- d) Não serão consideradas excepcionais para os fins do item anterior, por configurarem riscos inerentes à atividade, atrasos habituais na entrega pelos Correios ou por empresa transportadora eventualmente acionada pela empresa contratada para efetuar a entrega.
- e) Todos os custos referentes à entrega serão de responsabilidade da contratada.



14. DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO, RECEBIMENTO E PAGAMENTO

Da aceitação e recebimento do material

13.1. Os itens deverão ser novos e entregues ao contratante acondicionados em embalagens adequadas, preferencialmente originais, conforme orientações do fabricante, assegurando a devida proteção durante o transporte e armazenamento. Deverão ser indicados na embalagem, de maneira visível, o material contido, volume, data de fabricação, fabricante, procedência, sem prejuízo das demais informações exigidas pela legislação de regência.

13.2. Qualquer item será recusado parcial ou inteiramente nas seguintes condições:

- a) Caso seja entregue em desconformidade com as especificações técnicas constantes do Termo de Referência e da proposta vencedora;
- b) Caso seja detectado que qualquer componente adquirido não seja novo;
- c) Caso apresente defeitos, em qualquer de suas partes ou componentes, durante os testes de conformidade e verificação.

13.3. Nos casos de recusa do produto, a empresa contratada terá o prazo de 30 (trinta) dias úteis para providenciar a sua substituição, contados a partir da comunicação oficial feita pelo contratante.

13.4. O recebimento não exclui a responsabilidade da contratada pelo perfeito desempenho dos materiais de reposição fornecidos, cabendo-lhes sanar quaisquer irregularidades ou omissões detectadas quando de sua utilização.

13.5. O objeto deste contrato será recebido da seguinte forma:

- a) Provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, quando da entrega da mercadoria no Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro;
- b) Definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, em até 15 (quinze) dias após o recebimento provisório, mediante termo que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, ou seja, após a verificação de que o material entregue possui todas as características consignadas, no que tange à quantidade e qualidade do produto, especificadas neste termo de referência.



13.6. A aceitação em definitivo não exclui a responsabilidade civil do fornecedor em decorrência de vícios de qualidade ou técnicos do material, sejam aparentes ou ocultos, tampouco quando o material estiver em desacordo com as especificações estabelecidas no Edital, ainda que tais circunstâncias sejam verificadas posteriormente ao recebimento.

13.7. O material deverá ser entregue acompanhado da respectiva Nota Fiscal, contendo todos os itens discriminados no presente Termo de Referência. e de cópia da Nota de Empenho.

13.8. O atesto das notas fiscais/faturas referente ao fornecimento será realizado por servidor designado para esse fim, a partir das informações contidas no Termo de Aceitação.

Do pagamento

13.9. O pagamento ocorrerá após 30 (trinta) dias corridos, mediante apresentação da fatura ou nota fiscal pela CONTRATADA, quando do recebimento definitivo do produto, devidamente atestado pela fiscalização.

13.10. As formas de pagamento são as usuais do Estado, por intermédio do processo de fatura, em conformidade com a Lei n.º 287/79 e Decreto nº 16.661/91, mediante crédito em conta corrente, dando-se como liquidada a obrigação após o efetivo crédito da CONTRATADA.

13.11. A respectiva nota fiscal/fatura estará devidamente discriminada, **em nome do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, CNPJ nº 28.305.936/0001-40.**

13.12. Qualquer atraso ocorrido na apresentação da fatura ou da nota fiscal, ou documentos exigidos como condição para pagamento por parte da contratada, importará no consequente atraso da liquidação da obrigação do contratante.

13.13. Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação, obrigação financeira imposta à contratada em virtude de penalidade ou inadimplência.

13.14. Da retenção do Imposto de Renda: De acordo com o aviso veiculado pela Secretaria-Geral do Ministério Público no dia 21/09/2023, as empresas contratadas pelo MPRJ deverão ser formalmente cientificadas acerca das novas regras estabelecidas através da Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal n.º 2.145/2023, que determina a retenção de Imposto de Renda na fonte de pagamentos relativos a fornecimentos de bens e prestações de serviço em geral.

A esse propósito, foram exaradas as seguintes orientações:



“A alíquota a ser adotada na retenção será aquela prevista na referida IN n.º 1234/2012. As empresas deverão destacar, no corpo do documento fiscal, o IR calculado com a utilização da alíquota prevista na referida Instrução Normativa.

Não foi estendido para os estados e municípios a obrigatoriedade de retenção do PIS, COFINS e CSSL, que também é prevista na IN 1234/2012. A mudança afeta apenas a retenção do IR, já que o Estado do Rio de Janeiro não celebrou convênio com a União, conforme previsto no art. 33 da Lei 10.833/2003.

As demais retenções (INSS e ISS), quando devidas, devem continuar a ser destacadas no documento de cobrança normalmente.

A retenção do IR passou a incidir sobre todos os fornecimentos de bens e prestações de serviço. Apenas estão isentos da aplicação da retenção as empresas enquadradas no Simples Nacional e nas demais hipóteses de imunidade e isenção, previstas no art. 4º da IN 1234/2012.

As empresas imunes e isentas devem informar esta condição no corpo do documento de cobrança, apresentando (1) a respectiva fundamentação, (2) a indicação do inciso do art. 4º da IN 1234/2012 no qual se enquadra e (3), caso necessária, a documentação pertinente.”

15. DA GARANTIA CONTRA VÍCIOS DO OBJETO

14.1. A contratada deverá apresentar o prazo de garantia mínima de 12 (doze) meses aos produtos entregues, a contar da data da respectiva entrega, devendo substituir, às suas expensas, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, a contar da notificação enviada pelo Ministério Público acerca do problema, quaisquer materiais que apresentem defeitos ou vícios, desde que não tenham sido comprovadamente causados por mau uso.

14.2. No caso de substituição dos produtos, as novas unidades terão os mesmos prazos de garantia originalmente concedidos aos substituídos, a contar da data em que ocorrer a substituição.

14.3. Caso a garantia do material de reposição fornecido pelo fabricante seja maior que 01 (um) ano, prevalecerá a garantia oferecida pelo fabricante.

14.4. Todas as despesas decorrentes da execução da cláusula de garantia serão custeadas pela contratada, sem ônus para o contratante.

14.5. Havendo a ocorrência de defeitos, ou ainda, nos casos em que sejam constatados vícios de



qualquer natureza ao longo do período de garantia, o fornecedor deverá providenciar o seu reparo e/ou substituição, responsabilizando e pela retirada e posterior devolução do produto/material em um prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados da notificação do fato.

14.6. Além da garantia prevista nesta seção, os itens estarão cobertos pelas demais garantias previstas no Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078/90) ou pela forma que o fabricante ofertar ao mercado em geral, a que for mais benéfica ao contratante.

16. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 15.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência.
- 15.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo.
- 15.3. Notificar a empresa contratada, por escrito, acerca de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, a fim de que seja substituído, reparado ou corrigido.
- 15.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da empresa contratada, através do servidor especialmente designado.
- 15.5. Efetuar o pagamento à empresa contratada do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital, desde que sejam observadas as condições contratuais, reservando-se ao direito de recusar-se a atestar Fatura/Nota Fiscal se, no ato da apresentação, o material não estiver de acordo com a descrição apresentada e aceita.
- 15.6. Aplicar as sanções, conforme previsto no contrato e na legislação vigente.

17. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 16.1. Cumprir todas as obrigações constantes do Edital e sua proposta, assumindo com exclusividade os riscos e as despesas decorrentes da perfeita execução do objeto.
- 16.2. Entregar o objeto do contrato, conforme especificado e dentro do prazo estabelecido do Termo de Referência.



- 16.3. Responsabilizar-se por todo o transporte do equipamento e deslocamentos necessários à entrega e execução da garantia.
- 16.4. Reportar ao contratante, imediatamente, qualquer anormalidade, erro ou irregularidades que possam comprometer a entrega do produto.
- 16.5. Responder, por escrito, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, a quaisquer esclarecimentos de ordem técnica, pertinentes à entrega do objeto, que eventualmente venham a ser solicitados pelo contratante, nas hipóteses em que não houver prazo específico previsto no presente Termo de Referência.
- 16.6. Colocar à disposição do Ministério Público todos os meios necessários à comprovação da qualidade dos produtos, permitindo a verificação das especificações em conformidade com o especificado no Termo de Referência.
- 16.7. Não transferir, sob nenhum pretexto, qualquer responsabilidade que lhe for atribuída para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos, subempreiteiros etc.
- 16.8. Manter, durante toda execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Termo de Referência.
- 16.9. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do objeto do Termo de Referência.
- 16.10. Utilizar, na execução do objeto do contrato, somente pessoal em situação trabalhista, previdenciária e securitária regulares, bem como de boa conduta profissional, quando nas instalações do contratante.
- 16.11. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
- 16.12. Responsabilizar-se civilmente pelos danos causados diretamente à Administração, a terceiros ou a seus próprios funcionários, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo dessa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante.
- 16.13. Todas as questões, reclamações trabalhistas, demandas judiciais, ações por perdas e danos ou indenizações oriundas de danos causados pela empresa contratada serão de sua inteira



responsabilidade, não cabendo, em nenhuma hipótese, responsabilidade solidária por parte do contratante.

16.14. No caso em que a empresa contratada venha, como resultado das suas operações, danificar áreas públicas ou de terceiros, ela as deverá recuperar, deixando-as em conformidade com o seu estado original.

16.15. Disponibilizar o endereço comercial, telefones e conta de e-mail para fins de comunicação entre as partes, indicar formalmente seu preposto e manter o contratante informado quanto a eventuais alterações.

16.16. Entregar os produtos na quantidade, prazos e qualidade especificados, por sua exclusiva conta e responsabilidade, no local indicado pelo contratante, em estrita conformidade com as especificações constantes no contrato, e no que forem aplicáveis, com as normas da ABNT e com a legislação vigente.

16.17. Corrigir, às suas expensas, no todo ou em parte, nos produtos em que forem constatadas imperfeições, vícios, defeitos ou incorreções e que estiverem em desacordo com as especificações, após a notificação formal do contratante.

18. DA FISCALIZAÇÃO

17.1. O órgão fiscalizador deste contrato é a Coordenadoria de Segurança e Inteligência, por intermédio da Divisão de Segurança Institucional-DSI /CSI, ao qual incumbirá o aceite e fiscalização do cumprimento das obrigações discriminadas neste Termo de Referência, bem como a resolução de eventuais intercorrências que sejam verificadas no curso da execução do contrato, sendo tudo comunicado à Administração.

17.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 e 121 da Lei 14.133/2021.

17.3. Sem prejuízo de outras atribuições legais, poderá a fiscalização do CONTRATANTE:

17.3.1. Determinar as medidas necessárias e imprescindíveis à correta execução dos serviços, bem como fixar prazo para as correções das falhas ou irregularidades



constatadas; e

17.3.2. Sustar quaisquer serviços que estejam sendo realizados em desacordo com o especificado, ou ainda que possa atentar contra o sigilo de informações, a segurança de pessoas ou bens do CONTRATANTE.

17.4. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do Fiscal do Contrato deverão ser autorizadas pela autoridade competente deste Ministério em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

17.5. O CONTRATANTE reserva-se o direito de recusar-se a atestar a Fatura/Nota Fiscal se, no ato da apresentação, a prestação de serviço do objeto deste Termo de Referência não estiver de acordo com a descrição apresentada.

19. DAS PENALIDADES

18.1. O regime de penalidades decorrentes da inadequada execução do contrato observará a disciplina abaixo delineada, sem prejuízo da apuração de perdas e danos, nos termos do artigo 156, §9º, da Lei nº 14.133/2021 e outras sanções previstas na lei civil.

18.2. Serão consideradas infrações administrativas as descritas no artigo 155 da Lei nº 14.133/2021, a saber:

- a) Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Dar causa à inexecução total do contrato;
- d) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da dispensa de licitação sem motivo justificado;



- h) Apresentar declaração ou documentação falsa durante o certame ou execução do contrato;
- i) Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

18.3. A prática das condutas anteriormente mencionadas sujeitará a CONTRATADA, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às penalidades descritas no artigo 156 da Lei nº 14.133/2021, a saber:

- I - Advertência;
- II - Multa;
- III - Impedimento de licitar e contratar;
- IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

18.4. A disciplina de aplicação das penalidades seguirá o regime jurídico disciplinado nos parágrafos do supracitado dispositivo e a espécie de penalidade aplicada será definida por órgão próprio do Ministério Público.

18.5. No que tange à pena de natureza pecuniária, considerando sua repercussão sobre o patrimônio da CONTRATADA, deverá ser observado o seguinte regime:

a) Multa

A pena de multa será aplicada em decorrência da mora da CONTRATADA no adimplemento de obrigação contratualmente prevista, bem como nas hipóteses de inexecução parcial ou total do contrato.

b) Multa moratória

Multa de mora no percentual de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia útil de atraso injustificado na entrega do objeto, calculada sobre o valor global atualizado do contrato, a partir do



primeiro até o vigésimo dia útil de atraso.

c) Multa por inexecução parcial ou total

- i. Decorrido o prazo máximo considerado como mora no cumprimento da obrigação - 20 (vinte) dias úteis, o contrato será considerado não executado, podendo a inexecução ser parcial ou total.
- ii. A caracterização da inexecução do contrato não será precedida, necessariamente, de mora da CONTRATADA, podendo ser constatada imediatamente após a conduta infratora, a depender da gravidade e repercussão sobre o objeto do contrato.
- iii. A inexecução será considerada total quando a parcela do contrato não adimplida inviabilizar sua conclusão, e parcial quando, diante das condições do caso concreto, for possível prosseguir na execução do ajuste mediante aplicação de penalidade menos gravosa.
- iv. A comissão de contratação deverá elaborar informação circunstanciada dos fatos ocorridos de modo a oferecer subsídios ao órgão competente para determinar a natureza da inexecução.
- v. A multa por inexecução total ou parcial do contrato será graduada conforme a gravidade da infração, no percentual de 30% do valor total do contrato ou do empenho, na hipótese de inexecução total, ou de até 15% do valor total do contrato ou do empenho, na hipótese de inexecução parcial.
- vi. A aplicação de sanção de multa pode ser aplicada isolada ou conjuntamente com as demais penalidades previstas, nos termos do artigo 156, § 7º, da Lei nº 14.133/2021.
- vii. A sanção pecuniária poderá ser reduzida equitativamente pela autoridade administrativa competente caso revele-se desproporcional no caso concreto, observados os princípios da razoabilidade e proporcionalidade.
- viii. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado à CONTRATADA. Se, porém, a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada de eventual garantia prestada ou será cobrada judicialmente, nos termos §8º do artigo 156 da Lei 14.133/2021.

**MPRJ****MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

- ix. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA ao CONTRATANTE, o montante será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

17. EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

Integrante Requisitante

Thiago Bastos Brito
DSI/CSI – Matr. 08005803
thiago.brito@mprj.mp.br

Integrante Técnico

Ivalci Abrantes da Silva
DSI /CSI – Matr. 9273
ivalci.silva@mprj.mp.br

Integrante Técnico

Alexandre Lopes da Silva
DSI /CSI – Matr.08009914
alexandre.lopes@mprj.mp.br

Integrante Administrativo

Aline Gorni Lyra
ACC/CSI – Matr. 5690
aline.lyra@mprj.mp.br